



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Diretora-Geral:
DINORÁ MORAES FERREIRA
Diretora da Divisão de Publicações:
CRISTINA SGANZERLA
Chefe do Serviço Editorial:
ARGEU PINHEIRO DE CARVALHO



Diário Oficial

SEÇÃO I

Órgão destinado a publicação dos atos normativos.

Serviços gráficos:
Departamento de Imprensa Nacional
Setor de Indústrias Gráficas — Quadra 6 — Lote 800
CEP 70604 — Brasília — DF

Telefones:
226-7175 (PABX)
226-5432 (Diretoria-Geral)
223-4453 (Divisão de Publicações)
226-2565 (Divisão de Pessoal)
225-4790 (Divisão de Produção)
223-5453 (Divisão de Administração)
226-9938 (Escola de Artes Gráficas)
226-6900 (Tesouraria)

Telex:
(061) 1356 DIMN BR



HISTÓRICO

A Imprensa Nacional foi criada por decreto de D. João VI, em 13 de maio de 1808, com o nome de Impressão Régia, mais tarde Typographia Nacional, para a publicação dos atos oficiais e despachos do Governo. O Diário Oficial foi fundado em 1862, para a divulgação dos atos oficiais, e editado até esta data com a mesma denominação. Seu primeiro número foi publicado em 1. de outubro de 1862.

EXPEDIENTE

Entrega de originais:

Os originais para publicação devem ser entregues diretamente à redação. A matéria entregue até 16 horas será publicada no mesmo dia.

Assinaturas:

Semestral	Cr\$ 580,00
Anual	Cr\$ 1.160,00
Exterior	Cr\$ 1.660,00

Os funcionários públicos gozam do desconto de 50%, mediante comprovação de situação funcional.

Porte postal:

Para remessa postal via superfície, acrescentar os seguintes valores:

Semestral	Cr\$ 220,00
Anual	Cr\$ 440,00
Exterior	Cr\$ 1.440,00

Assinaturas via aérea devem ser contratadas diretamente na ECT.

Venda avulsa:

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

Horário de atendimento: 8 às 17 horas

a finalidade de colocar dentro do mercado nacional o produto desse trabalho. Valendo-se dessa iniciativa, criou-se em 1976, a Fundação em apreço, com o objetivo primordial de amparar o preso quanto aos aspectos de reeducação moral, social e profissional. Recebendo uma dotação orçamentária de dez milhões de cruzeiros, entrou em funcionamento com os seguintes propósitos: a) - proporcionar a formação do preso através de aprendizagem profissional compatível com o mundo exterior, visando, assim, a futura reinserção social do preso; b) - concorrer para o aperfeiçoamento das técnicas de laborterapia, através da seleção vocacional; c) - aperfeiçoar as técnicas de trabalho com vista a melhoria qualitativa e quantitativa da produção dos presídios; d) - elaborar planos especiais para as atividades industriais, agrícolas e artesanais, promovendo a comercialização do respectivo produto com sentido empresarial; e) - promover estudos e pesquisas que permitam sugerir, quando couber, aos poderes públicos competentes, medidas necessárias ao ajustamento de suas finalidades; e, f) - apoiar as entidades públicas e privadas no sentido de acolher e incentivar a formação e o aperfeiçoamento do pessoal penitenciário. Assim, gradualmente, através de equipe adequada, a FUNDAÇÃO conseguiu estruturar o seu funcionamento interno e externo tendo em vista o seu entrelaçamento com a direção do presídio e o mundo empresarial. Atualmente mantém uma "performance" ideal, com um raio de atendimento em diversas unidades do Estado, bem como, uma produção variada e, em algumas espécies em escala industrial. A vista do exposto, acrescentou ainda o relator que é totalmente satisfatório o funcionamento da FUNAP, a qual poderá servir de modelo para futuras iniciativas. Referiu-se ainda ao "Projeto Jus" que funcionou naquele Estado, lamentando a sua desativação, tendo em vista que, embora independente da FUNAP, prestava grande apoio ao Sistema no sentido do atendimento jurídico e da despopulação da clientela prisional. Finalizando, enfatizou a importância do desenvolvimento de um trabalho similar a nível nacional, e sugeriu à Presidência a criação de uma Comissão que possa aprofundar melhor no assunto e possivelmente propor alternativas que alcancem a todos os carentes do Sistema. O Senhor Presidente, agradecendo a sensibilidade humana e lógica empreendida pelo relator, colocou a matéria à apreciação do Colegiado, à qual, obteve um consenso de aprovação - Os Senhores Conselheiros NABOR CESAR SIQUEIRA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, ALCÉO MORAES ALMEIDA, além de manifestarem o maior apreço ao relatório, demonstraram vivo interesse no conhecimento e desenvolvimento desta pesquisa. Os Senhores Conselheiros NEGI CALIXTO e BENJAMIN MORAES FILHO, respectivamente, apoiaram o relatório em referência e sugeriram incluir na Comissão proposta, os Professores Conselheiros SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, ambos estudiosos da matéria. O Senhor Presidente em concordando com as sugestões supramencionadas determinou a elaboração de uma resolução que dê suporte legal ao desenvolvimento da sugestão do relator. Em prosseguimento o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor

Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, para relatar sobre a apreciação do Plano de Prioridades do CNPP, bem como, a sua compatibilização com a Previsão Orçamentária. Antes de iniciar o mencionado relatório o expositor solicitou vênias para se referir a expedientes ministeriais emitidos na década de 70, alusivos ao Sistema Penitenciário Brasileiro, que enfatizaram primordialmente, a construção de estabelecimentos prisionais e à sua organização. Assim, demonstrou que a Política Penitenciária do Ministério da Justiça se resumia apenas a um dos eixos da execução penal, estando relegado o eixo fundamental que é o processo de ressocialização do preso. Aludiu-se, entretanto, o expositor, à edição da Lei 6.416, que alterou essa política penitenciária através da inclusão do aspecto sócio-educativo dos estabelecimentos prisionais, esperando-se, deste, uma nova fisionomia à execução das sanções penais através de medidas alternativas de prisão, o que recentemente foi enfocado pelo VI Congresso das Nações Unidas. Evidente que a política penitenciária na sua execução não poderia restringir-se à medidas exclusivamente destinadas a privação da liberdade. Imperativo a necessidade de outras providências para a implementação de novos ser